

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)

# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

Atena  
Editora  
Ano 2022



Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)

# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

 **Atena**  
Editora  
Ano 2022



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Serviço social no Brasil: desafios e atuação profissional

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social no Brasil: desafios e atuação profissional / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0393-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.937221008>

1. Serviço social. 2. Questão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A coletânea *Serviço Social no Brasil: Desafios e atuação profissional* é composta por 08 (oito) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo discute a atuação do Assistente Social na política de assistência social e os desafios para a efetivação do projeto ético político do Serviço Social no contexto da sociedade do capital. O segundo capítulo discute a proteção social de alta complexidade para a pessoa idosa frente às demandas sociais para esse público em particular.

O terceiro capítulo analisa o processo de migração e seus fatores determinantes na atual conjuntura. O quarto capítulo discute a transversalidade da política ambiental nas políticas públicas na perspectiva intersetorial.

O quinto capítulo analisa a atuação de Assistentes Sociais no enfrentamento à violência doméstica e familiar e os desafios vinculados nesse processo. O sexto capítulo discute os impactos da pandemia de Covid-19 no trabalho dos Assistentes Sociais no contexto da política de saúde.

O sétimo capítulo discute o consumo prejudicial de álcool e outras drogas enquanto manifestação da questão social. E finalmente o oitavo capítulo apresenta os resultados de pesquisa acerca da incidência de adoecimento mental no trabalho no contexto do enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Neste contexto, as discussões apresentadas nessa coletânea podem contribuir para a discussão dos desafios e possibilidades para a atuação dos Assistentes Social na atual conjuntura brasileira.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:  
ANALISANDO O PLANTÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA- MG

Karen de Fátima Ségala

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210081>

### **CAPÍTULO 2..... 9**

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PRESIDENTE KENNEDY-  
ES: PREGÃO ELETRÔNICO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALTA  
COMPLEXIDADE À PESSOA IDOSA

Elizaura Barcelos Matias da Silva

Gissele Carraro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210082>

### **CAPÍTULO 3..... 18**

MIGRAÇÃO EM GOIÁS: A ATRAÇÃO PELO FATOR SOCIOECONÔMICO

Gláucia Maria Ribeiro de Souza

Pauleânia Machado Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210083>

### **CAPÍTULO 4..... 24**

A TRANVERSALIDADE DA QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS,  
NA PERSPECTIVA INTERSETORIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA A EDUCAÇÃO  
SUSTENTÁVEL

Márcia Faraum dos Santos

Valéria Cristina da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210084>

### **CAPÍTULO 5..... 35**

SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: DESAFIOS E  
POSSIBILIDADES

Ariana Kelly dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210085>

### **CAPÍTULO 6..... 45**

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA INTERVENÇÃO DOS/AS ASSISTENTES  
SOCIAIS: DESAFIOS, IMPASSES E POSSIBILIDADES

Nikolas Corrent

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210086>

### **CAPÍTULO 7..... 57**

MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TORNO DO CONSUMO PREJUDICIAL DE  
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E SUAS CONEXÕES INTERSETORIAIS

Lucia Cristina dos Santos Rosa

Laisla Shirley Rodrigues Maranhão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210087>

**CAPÍTULO 8..... 69**

**TRABALHADORES (AS) DA SAÚDE E DESGASTE NO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA PANDEMIA NOS HOSPITAIS DE REFERÊNCIA DA COVID-19 NO SERTÃO DA PARAÍBA**

Reginaldo Pereira França Junior  
Maria da Conceição Silva Félix  
Cleonice Peixoto Alves  
Ivanyr Nayara Mascena Veras,  
Letícia Bandeira Matias de Oliveira,  
Lavínia Gabriela Oliveira de Almeida,  
Maria Carla Laiane Gabriel Alexandre  
Moisés Elias Casimiro  
Rayane Abrantes de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9372210088>

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 96**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 97**

## OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA INTERVENÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS: DESAFIOS, IMPASSES E POSSIBILIDADES

*Data de aceite: 01/08/2022*

*Data de submissão: 27/05/2022*

**Nikolas Corrent**

Doutorando em História pela Universidade Estadual do Paraná  
<http://lattes.cnpq.br/7730134012301787>

**RESUMO:** Para além de uma crise pontual, a pandemia nos evidenciou os mais graves problemas da sociedade capitalista, onde, grande parcela da população careceu dos seus direitos mais básicos, tais como alimentação, renda, saúde, segurança e habitação. Os profissionais em Serviço Social, lidam com as mais diversas desigualdades sociais desde sua gênese, porém, no ano 2020 a crise sanitária causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou COVID-19, como é popularmente conhecido, fez a carga de responsabilidades desses profissionais aumentarem ao extremo. Para que seja possível o desenvolvimento de um conhecimento acerca dos impactos que a pandemia da COVID-19 trouxe para o Serviço Social, especialmente, aqueles impactos e desafios no âmbito da intervenção profissional, é imprescindível apreender de que forma essa “intervenção” ocorre, seus motivos, diretrizes e, indubitavelmente, suas concepções ético-políticas, para que então, após feita essas reflexões, seja possível apresentar a realidade da pandemia da COVID-19 e as “novas”, ou melhor, “formas emergenciais” de atendimento e intervenção, buscando pontuar impactos,

desafios, limites e possibilidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pandemia, Serviço Social, Intervenção.

**ABSTRACT:** In addition to a specific crisis, the pandemic showed us the most serious problems of capitalist society, where a large part of the population lacked their most basic rights, such as food, income, health, security and housing. Professionals in Social Work have been dealing with the most diverse social inequalities since their genesis, however, in 2020 the health crisis caused by the SARS-CoV-2 virus or COVID-19, as it is popularly known, made these professionals bear the responsibilities increase to the extreme. In order to develop knowledge about the impacts that the COVID-19 pandemic has brought to Social Work, especially those impacts and challenges within the scope of professional intervention, it is essential to understand how this “intervention” occurs, its reasons, guidelines and, undoubtedly, their ethical-political conceptions, so that, after making these reflections, it is possible to present the reality of the COVID-19 pandemic and the “new”, or rather, “emergency forms” of care and intervention, seeking to point out impacts, challenges, limits and possibilities.

**KEYWORDS:** Pandemic, Social Work, Intervention.

### 1 | INTRODUÇÃO

O trabalho em síntese, é o condutor da evolução da sociedade e da espécie humana, pois, irá transformar a natureza e transformar a si próprio ao mesmo tempo, através da

satisfação de suas necessidades humanas, e ao mesmo tempo que umas são satisfeitas, outras surgem, e o ser humano busca criar novas formas de satisfação, modificando a natureza e a sua própria natureza. Segundo as análises de lamamoto (2007):

Por meio do trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente. Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas (IAMAMOTO, 2007, p. 60).

Entretanto, assim como todas as outras coisas na sociedade do grande capital, o trabalho também passa por transformações e redirecionamentos, assim, infere-se que na sociedade capitalista de produção, o trabalho é uma espécie de ferramenta para garantia da sobrevivência daqueles que não possuem nada além de sua força de trabalho disponível para venda.

Assim, o trabalho perde sua capacidade criativa, criadora, emancipatória e transformadora e torna-se, com o advento do modo de produção capitalista, meramente um meio de produção e reprodução de mercadorias, em linhas gerais, uma ferramenta de produção de valor de troca.

O capitalismo estabeleceu uma lógica de exploração e opressão à classe trabalhadora. Ele inaugura uma nova forma de gerir a força de trabalho, fazendo com que o valor de troca seja imperante em relação ao valor de uso, e o motor-chefe da produção, assim como o da circulação, no que se refere aos trabalhadores/as da esfera dos serviços, seja a extração de mais-valia (COSTA, 2016, p. 367).

Assim, precisamos de uma atenção muito mais ampla e compromissada com os direcionamentos ético-políticos da categoria profissional, pois, como sabemos, é uma tendência de o capitalismo reduzir o trabalho e toda sua potencialidade questionadora, criativa, crítica e transformadora ao mero nível instrumental, descontextualizado dos processos de reflexão e questionamento, conforme discorrido no primeiro capítulo deste estudo.

Observa-se que o Serviço Social em seus mais diversos espaços sócio ocupacionais, recebe cotidianamente requisições das instituições, sejam elas públicas ou privadas, que os cobram resultados, metas, e, especialmente, efeitos meramente quantitativos, sendo, notório alguns profissionais confundirem suas atribuições e competências profissionais com as políticas sociais institucionais, acreditando que aquela política social resume seu exercício profissional. lamamoto (2007, p. 68) assinala que:

O(a) assistente social é um dos profissionais que está nesse “mar de criação de consensos”, por exemplo, uma de suas requisições clássicas é criar um “comportamento produtivo” da força de trabalho na empresa de hoje se atualiza no sentido de criar um consenso em torno dos programas de qualidade total, do alcance de metas de produtividade, da garantia de padrões de qualidade dos produtos (IAMAMOTO, 2007, p. 68).

Por isso, para nós, especialmente, é imprescindível empreender uma prática profissional que ultrapasse os níveis instrumentais e busque refletir acerca das contradições e relações de poder presentes nas instituições, justamente para sabermos diferenciar os objetivos institucionais dos objetivos do Serviço Social enquanto profissão que possui um projeto profissional hegemônico alinhado com um processo de requisição e construção de uma nova ordem societária.

O importante aqui é ressaltar que o ser humano é o único ser capaz de criar mecanismos de trabalho, isto é, ferramentas, métodos, dinâmicas, propostas e assim, buscar novas alternativas de satisfação dos objetivos humanos. Importa-nos, aqui ressaltar que, enquanto assistentes sociais possuímos um objeto de trabalho que nos explicita incontáveis objetivos a serem alcançados, assim, Iamamoto (2007, p. 61) afirma que:

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social, e é ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc (IAMAMOTO, 2007, p.61).

Assim, a partir de uma leitura mais aprofundada, percebe-se que os processos de trabalho envolvem diversas dimensões, e que não pode (ou não deveria) ser reduzida ao mero anseio de criar mecanismos para a manutenção e expansão da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, e garantia dos monopólios, por exemplo.

Enquanto profissionais do Serviço Social possuímos a necessidade de criar e recriar formas, métodos e intervenções, com objetivo de oferecer e responder qualificadamente as demandas da população usuária, e aqui, cabe destacar que a pandemia da COVID-19 e seus efeitos provocaram um grande impacto nesses processos de trabalho, onde, não só os assistentes sociais, mas todos os(as) trabalhadores(as) viram-se em situações onde foi exigido a capacidade de criação de novas alternativas frente a situação de calamidade.

Desse modo, a partir dessa necessidade de buscar alternativas, e pensando especificamente o Serviço Social, iremos refletir sobre como essas “alternativas emergenciais” interferiram em nossas intervenções, buscando sinalizar limites e possibilidades.

## **2 | ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CONTEXTO PANDÊMICO**

Esse contexto pandêmico nos evidencia que fomos impelidos a nos afastarmos dos usuários e dos territórios, através da busca por novas alternativas de trabalho, entretanto, essas novas alternativas precisavam ainda possuir a capacidade de efetivar, garantir e proteger direitos, o que para nós configura-se como um grande desafio.

Através disso, observa-se que é necessário que frente as exigências e determinações do capitalismo, o/a assistente social possua uma capacidade de remodelar suas estratégias institucionais e utilizá-las como catalisadoras para os processos de efetivação e garantia de direitos, mas não apenas isso, é preciso que esses profissionais fomentem o

desenvolvimento de ações socioeducativas com a população usuária, no sentido da criação de momentos de reflexão acerca dos nossos papéis na sociedade do capital, almejando com que a população passe a se articular e mobilizar-se em prol de melhores condições de vida e trabalho.

Uma práxis, no Serviço Social, é aquela ação que, em contato com as mais diversas formas de desigualdade social presentes na sociedade capitalista, articula conhecimentos, legislações, instrumentos e métodos para proporcionar efeitos capazes de responder as demandas da classe trabalhadora e ainda proporcionar uma reflexão de consciência de classe.

Assim, percebemos que a defesa do projeto ético-político da profissão, orientado através da perspectiva das práxis, impõe à categoria dos assistentes sociais a necessidade e a exigência de amplos processos de aprofundamento do debate e o fortalecimento da organização político-profissional, reafirmando o compromisso com a emancipação humana e a superação da ordem do grande capital privado.

Depreende-se que no contexto da sociedade capitalista de produção, e em diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico e político-ideológico deste modelo de organização social, possuindo os mais diferentes, contraditórios e polarizados projetos de classes sociais, a intervenção profissional da/do assistente social é direcionada para as múltiplas expressões da questão social, mediados por diversos processos de trabalho do Serviço Social, que se constituem e se reconstituem no tempo e no espaço (IAMAMOTO, 2007).

Assim, observa-se que, o grande ciclo de crises no âmbito da política e da economia, em seus níveis ideológicos, ambientais e de sociais, se intensificam sem precedentes, através do surgimento de uma crise sanitária de nível global, por meio de um vírus que muda constantemente, que se torna uma ameaça à vida, em face da inexistência de tratamento ou vacina que contenha e/ou minimize os feitos de sua propagação, e que depende diretamente de ações humanas, sejam elas de isolamento social, responsabilidade sanitária, pesquisas, estudos e desenvolvimento da ciência.

Dessa forma, percebe-se que uma das primeiras medidas de segurança sanitária foi o fechamento das instituições, empresas e serviços, sejam eles públicos ou privados, governamentais ou não, que fizessem parte dos considerados “serviços não-essenciais”.

Assim, paralisação e fechamento da maioria das instituições e empresas, por exemplo, ocasionou a necessidade de se repensar formas e estratégias capazes de possibilitar a reabertura desses locais de forma segura e compromissada.

Alternativas e métodos de intervenção emergenciais foram criados com intuito de possibilitar a continuação da prestação dos serviços públicos sociais para a população, e aqui, notamos a presença do Serviço Social enquanto uma das profissões que necessitou reorganizar e criar alternativas viáveis para tal ato.

Nesse sentido, ressalta-se algumas dessas alternativas que, de acordo com suas

possibilidades e desafios, conseguiram prover a continuidade dos serviços, mesmo em uma situação caótica.

Entretanto, antes de expormos as principais “formas” de intervenção durante a pandemia, precisamos ressaltar alguns pontos imprescindíveis para as reflexões aqui propostas.

Sabe-se que o/a assistente social possui, na maioria dos espaços sócio ocupacionais nos quais se insere, a responsabilidade de elaborar relatórios sociais, perícias, laudos e documentos que, por sua vez, embasam, em muitos dos casos, decisões institucionais, por exemplo, aqueles desenvolvidos no âmbito do sócio jurídico, assim, esses documentos referem-se a situações complexas acerca das condições de vida, trabalho, habitação, renda, e envolvem situações diversas da vida da população usuária (CFESS, 1993).

Nesse contexto, percebe-se que os/as assistentes sociais, ao observarem as requisições e a necessidade da construção desses relatórios, documentos e intervenções, precisam operacionalizar uma série de instrumentos técnicos-operativos para dar materialidade em suas intenções socio profissionais, conforme supracitado.

O problema aqui é que, diante da crise sanitária, não mais dispusemos da possibilidade da realização desses instrumentos e técnicas de intervenção, tanto para proteger a integridade física dos usuários e famílias, como também do próprio profissional e das equipes, sendo assim, é necessário pontuar e questionar até que ponto os atendimentos remotos e a distância possibilitam uma compreensão da realidade social, do contexto familiar e comunitário?

Aliás, conforme ressalta Fávero (2020):

Se os estudos sociais implicam em conhecer e analisar a realidade socioeconômica, de trabalho, habitacional/territorial, cultural, familiar, dos sujeitos, de maneira aprofundada, para assegurar o oferecimento de subsídios qualificados à decisão judicial e/ou à defesa, registrados em algum tipo de documento, não é possível fazê-lo por meio remoto (FÁVERO, 2020, p. 11).

Os desafios, consequências, limites e impasses referem-se, portanto, a essa capacidade, onde, evidencia-se que, para embasar a construção de formas de atendimento e intervenção capazes de garantir, efetivar e proteger direitos, além de prestar orientações e realizar encaminhamentos, é necessário, indubitavelmente, o empreendimento de um estudo social, assim como outros instrumentos, que, não podem ser reduzidos ao mero nível remoto.

Nos itens anteriores desse estudo, refletimos acerca da importância da “proximidade” do/a profissional do Serviço Social com a população usuária, e aqui, reafirmamos que sem esse contato, torna-se insuficiente a atuação profissional, visto a complexidade das demandas e requisições da população usuária e das instituições.

Ainda nesse contexto acerca da importância da proximidade do profissional do Serviço Social com a população usuária e sua realidade social, e tratando especificamente

dos “problemas” dos agendamentos, teletrabalho e trabalho remoto, Fávero (2020) questiona:

Essas situações exigem relações mais próximas, o estabelecimento de algum vínculo, o respeito à privacidade, o direito ao sigilo profissional, entre outros. Como estabelecer vínculo, relação de confiança e ainda garantir o sigilo profissional em uma entrevista realizada por meio remoto, via plataforma Teams, Zoom, WhatsApp ou outras? Como assegurar que uma mulher ou uma criança que sofre violência fale a respeito sem ser observada/ouvida, manipulada e/ou coagida pelo suposto violador? Como entrevistar uma mulher/mãe que vive em situação de rua e estado de pobreza absoluta (sem acesso a direitos fundamentais), por meio desses recursos tecnológicos? Como conhecer a realidade socioterritorial em que se situa a moradia, sem possibilidade de ir até o local? Como entrevistar crianças, adultos, idosos que não têm acesso a equipamentos celulares e plano de dados de internet suficiente e nem conhecimento acerca do manuseio de plataformas de comunicação digitais? (FÁVERO, 2020, p. 12).

Para além das questões técnicas, ainda pode-se dissertar acerca da situação costumeira de que nem todos(as) os sujeitos sociais possuem condições objetivas para o desenvolvimento de ações remotas, o maior e mais pontual exemplo disso foram as crianças e adolescentes discentes das escolas públicas, que, devido a suspensão das aulas e a opção pelo ensino remoto (virtual), obtiveram prejuízos, pois, grande parcela, ou não tinha acesso a conexão com a internet, ou não dispunham de aparelhos para assistir as aulas, Fávero (2020) ainda ressalta que estamos discutindo acerca de usuários e sujeitos que:

Não possuem acesso a alguma forma de trabalho não têm como se alimentar ou a seus filhos hoje. Que moram nas regiões periféricas, em locais muitas vezes desprovidos de qualquer espaço de privacidade e de infraestrutura urbana, ou com infraestrutura precária; ou ainda que não têm acesso a qualquer espaço de acolhida/moradia e perambulam pelas ruas. Convivem cotidianamente com as mais variadas expressões da violência urbana, muitas vezes reféns e vítimas também do crime organizado. Sujeitos cuja realidade é ignorada e invisibilizada pelos que concentram a riqueza socialmente construída e que fomentam a extrema desigualdade social. Sujeitos que não têm como praticar o distanciamento social, na medida em que várias pessoas compartilham um só cômodo – que é sala, cozinha e dormitório ao mesmo tempo. Assim como não têm como higienizar as mãos com frequência – conforme uma das recomendações para conter o vírus – por falta de água e por vezes de sabão e demais produtos de higiene e limpeza (FÁVERO, 2020, p. 7).

Dessa forma, é pertinente refletir acerca das condições que esses sujeitos possuem, antes do planejamento e criação de estratégias e alternativas de intervenção, pois, não podemos simplesmente atender aqueles que possuem condições de serem atendidos, e segregar o restante ou pior, expô-los ao risco de contaminação.

Aliás, é dessa parcela populacional da classe que sobrevive da venda de sua força de trabalho que advém a maioria dos usuários e demandas que circunscrevem o cotidiano

de trabalho dos/as assistentes sociais.

Por isso, os desafios aqui afirmamos referem-se à operacionalização do exercício profissional, diante do caos social instaurado a partir de meados de março do ano de 2020.

Ainda, refletindo sobre a realização dos atendimentos remotos, que conforme discutido aqui e nos itens anteriores, foi uma realidade empreendida de forma “emergencial” em muitos espaços e por muitos profissionais, que, existe uma Entre os documentos produzidos há também a Nota da COFI/CFESS (Comissão de Orientação e Fiscalização/CFESS) com manifestação contrária à Realização de Perícia Socioeconômica por meio Eletrônico, em alusão à Resolução CNJ (Conselho Nacional de Justiça) nº 317, de 30 de abril de 2020.

Sinaliza-se que não existe somente essa nota, existem outros dispositivos, pareceres e manifestações contrárias ao teletrabalho e ao trabalho remoto, seja no âmbito do atendimento ou da parte administrativa das instituições.

É inegável que o exercício dos/as assistentes sociais impescinde o contato direto e próximo da população usuária, seu território, sua realidade e contexto familiar, comunitário, suas condições de habitação, trabalho e renda etc. Entretanto, é pertinente sinalizar que tal crítica não se refere a uma manifestação integralmente oposta ao uso de tecnologias, contudo, conforme disserta magistralmente, Fávero (2020):

Isso não significa uma absoluta oposição ao uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) em processos de trabalho. As tecnologias em muito auxiliam o profissional em ações, atividades, e em variadas situações o seu uso é necessário e inevitável. Entretanto, existem determinadas particularidades das situações vividas pelos sujeitos, que requerem o trabalho de assistente social, em que há a necessidade de serem conhecidas, analisadas, sendo objeto de algum tipo de prosseguimento e/ou encaminhamento, e/ou a emissão de opinião técnica a ser registrada em um relatório ou laudo (FÁVERO, 2020, p. 10).

Através dessas reflexões, é visto que, o uso das novas tecnologias e formas de intervenção se fazem de extrema pertinência, contudo, utilizadas para subsidiar e amplificar o trabalho social realizado pelos técnicos, e não, com isso, substituir inteiramente o trabalhador(a), e nem o seu ambiente de trabalho.

Além disso, não podemos negligenciar a questão de que, com o aprofundamento das crises cíclicas do capital, com suas manifestações intensificadas através da pandemia da COVID-19, a demanda pelos serviços sociais públicos aumenta em níveis contundentes, assim, aumenta-se também a requisição da população pelas intervenções do/a assistente social, que, por sua vez, encontra-se, também, em situação de exploração, e em muitos casos possuindo poucos recursos institucionais disponíveis, contratos de trabalho precário e uma insuficiente autonomia em seu exercício profissional.

Ainda assim, é necessário compreender que através da implementação do trabalho remoto e também da criação dos novos auxílios, várias demandas foram geradas,

fazendo com que o profissional, no âmbito de suas atribuições privativas e competências profissionais<sup>1</sup>, evidencie-se, então, por exemplo, a socialização de informações acerca de políticas de transferência de renda e auxílios emergenciais; mobilização e articulação com a rede de serviços municipais e estaduais, com o objetivo de efetivar, garantir e proteger direitos, e promover o acesso dos/as usuários a tais, produção de relatórios sociais em matérias específicas do Serviço Social para rede de proteção social e órgãos de defesa de direitos e orientações.

Através do surgimento de novas demandas, e com a intensificação das demandas já estabelecidas, torna-se pertinente citar que é preciso, mais do que nunca, realizar reflexões críticas acerca da realidade social, acerca dos limites e possibilidades institucionais e, sobretudo, perceber que não podemos recair em práticas ou pensamentos conservadores de culpabilização individual das famílias e sujeitos usuários.

Destarte, é pertinente elucidar que, não há dúvidas, para nós, profissionais, estudantes e discentes do Serviço Social que, em situações de calamidade pública e urgências, é nosso dever ético participar dos programas de socorro a população usuária, no sentido de viabilizar seu pleno acesso a direitos e seguranças afiançadas no rol das diversas políticas públicas e sociais disponíveis, contudo, é necessário se discutir, como a segurança dos/as profissionais e equipes deve ou deveria ser realizada, de que forma essa calamidade afeta a prestação de serviços e intervenções, e sobretudo, como impacta a qualidade dos serviços prestados. Portanto, Fávero (2020) conclui que:

Então, aqui é preciso que se tenha assegurada a autonomia profissional para discernir o que são urgências e emergências nesse contexto de pandemia e o que é possível à/ao profissional fazer por meio remoto e o que necessariamente exigiria o trabalho presencial, o que depende também de condições de trabalho e da disponibilidade e do compromisso ético da/o profissional. Seja por meio de contato/reunião/articulação com a rede socioassistencial e eventualmente no contato direto com sujeitos “partes” de processos, por meio remoto, seja pelo trabalho presencial se a situação assim o exigir e a instituição cumprir sua obrigação de assegurar proteção – na qual se insere o necessário Equipamento de Proteção Individual (EPIs) – tanto à/ao profissional como aos sujeitos em atendimento (FÁVERO, 2020, p. 11).

Portanto, após essa breve exposição de alguns desafios e impasses, ressalta-se que é exigido do/a assistente social, especialmente nesse contexto de crise global, não apenas sanitária, mas também no chamado “mundo do trabalho e suas relações” o compromisso com os direitos e interesses dos/as trabalhadores(as), aliás, não há mais espaços para individualismos, é, portanto, necessário o desenvolvimento de um senso de coletividade que ultrapasse as concepções liberais burguesas de direitos, liberdade,

---

<sup>1</sup> Atribuições privativas são atividades e funções que apenas os/as assistentes sociais devidamente formados e inscritos no conselho regional da respectiva localidade podem exercer, pois exigem uma formação específica e conhecimentos próprios da profissão. Competências profissionais referem-se a ações que tanto os/as assistentes sociais podem desenvolver quanto outros profissionais de outras áreas, pois, não exigem expressamente, uma formação específica ou especializada (CFESS, 1993).

democracia e participação.

### 3 | POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL EM CONTEXTO PANDÊMICO

No âmbito das possibilidades para esse contexto no qual estamos inseridos e, diga-se de passagem, contexto este ainda não superado, ressalta-se a necessidade da categoria profissional unir-se as demais profissões, no intuito de reivindicar melhores condições de trabalho, assim ainda destaca-se que:

No âmbito institucional a pandemia vem colocar a descoberto a precarização das condições de trabalho que a/os profissionais da área sociojurídica têm sido submetida/os ao longo da última década, dentre as quais, espaços precários, insalubres; mobiliários inadequados; não contratação de novos profissionais – expiração dos concursos públicos sem nomeação de todas as vagas previstas; prolongamento da expectativa de aposentadorias com a reforma da previdência; diferentes tipos de contratos dentro de um mesmo espaço ocupacional – diferente trato das/os profissionais que desempenham as mesmas funções (FÁVERO, 2020, p. 29).

Está evidente que a pandemia do novo coronavírus escancarou todas as mais bárbaras facetas do sistema de produção capitalista, não só no âmbito da saúde, mas em todos os níveis da vida social.

Porém, para além de enumerar problemas, precisamos buscar formas alternativas de enfrentamento que se configuram, verdadeiramente como possibilidades de superação deste contexto.

Para esse contexto de precarização dos serviços prestados, sugere-se que os/as assistentes sociais estejam embasados e articulados com as determinações sociopolíticas presentes no projeto ético-político profissional, além de buscar a participação da população usuária (e potencialmente usuária) nos processos de elaboração de propostas e discussão acerca dos serviços prestados.

Além disso, constitui-se como um papel basilar do exercício profissional dos/as assistentes sociais assegurar a produção de conhecimento sobre a realidade social e vivida pelo/as usuários das políticas públicas e instituições nas quais nos inserimos, e assim e para isso é pertinente e imprescindível considerar de forma ampla e plural as determinações socioeconômicas e culturais que incidem sobre a população usuária, além de preservar a articulação com a rede socioassistencial para que o trabalho profissional objetive-se com a direção ético-política da profissão.

Assim, além das atividades e intervenções de incentivo ao diálogo e troca de saberes entre as mais diversas profissões, e também do fomento a participação popular e o controle social dos usuários e população para com os processos de gestão, implementação, planejamento e oferta dos serviços sociais públicos no âmbito de todas as políticas sociais, ressalta-se também como uma possibilidade de superação deste contexto a opção por

utilizar as tecnologias como “apoio técnico” do trabalho, e não como “substitutas” do trabalho em si, conforme os interesses do capital.

É complexo apontar “possibilidades” em um contexto tão precário e de desmonte de políticas sociais, instituições, direitos e regulamentações, entretanto, assim como afirma Iamamoto (2007):

As alternativas não saem de uma suposta “cartola mágica” do Assistente Social; as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO, 2007, p. 20).

Com isso, é importante que se eleve ao nível crítico de mediação o pensamento de que, por mais urgentes que sejam as demandas, todas elas, sem exceções são passíveis de uma análise crítica, portanto, possíveis de uma intervenção comprometida com sua superação.

Não iremos possuir respostas mágicas ou receituários de intervenções “eficientes”, mas, a partir da adoção de uma postura criativa, propositiva, crítica e reivindicatória, podemos sim, construir propostas interventivas capazes de efetivar e garantir direitos, bem como o pleno acesso a eles. Entretanto, para isso, é necessário:

Ser um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade (IAMAMOTO, 2007, p.49).

Assim, não nos resta dúvidas de que os profissionais em Serviço Social, lidam com as mais diversas desigualdades sociais desde sua gênese, porém, no ano 2020 a crise sanitária causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou COVID-19, como é popularmente conhecido, fez a carga de responsabilidades desses profissionais aumentarem ao extremo.

O cenário da pandemia agravou as expressões da questão social que já existia antes em relação a proteção infanto-juvenil, onde o processo de precarização do trabalho e esvaziamento dos espaços públicos, dificuldades de participação dos atores sociais e de uma “suposta escassez de recursos” para os espaços públicos e instituições de defesa e garantia de direitos, nos quais os profissionais do Serviço Social inserem-se enquanto sujeitos profissionais imprescindíveis.

No estágio atual do capitalismo mundializado, as políticas sociais têm sido alvo de ataque para o uso de seus recursos financeiros, o fundo público, capturado pelo Estado para atender as demandas da classe dominante e dirigente (BOTÃO; NUNES, 2020, p. 251).

Portanto, é necessário desenvolver uma postura qualificada capaz de saber negociar os interesses antagônicos engendrados no âmbito das instituições, conciliando-

os de forma a garantir os direitos da classe trabalhadora, ao passo que se desenvolvem ações de empoderamento, criação de consciência de classe, orientação social e demais atividades socioeducativas com intuito da emancipação humana da classe que sobrevive do trabalho.

Com isso, concluímos este capítulo sinalizando uma importante missão, que se configura como também um grande desafio da contemporaneidade, especialmente nesse período sócio histórico, que é cirurgicamente exposto por Iamamoto (2007):

É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (IAMAMOTO, 2007, p. 21)

É justamente a partir dessa “ação” profissional comprometida com a qualidade dos serviços prestados, não apenas reduzida a mera eficiência, mas também a eficácia e efetividade das ações, comprometida, ainda mais, com os interesses e demandas da classe trabalhadora e possuindo um amplo e sólido arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que se fará possível a superação dessas e outras demandas que ainda surgirão.

Uma sociedade verdadeiramente livre e democrática é aquela em que todos os sujeitos ali inseridos possuem o acesso pleno aos direitos e condições básicas de existência, em condições que respeitem a dignidade da pessoa humana e zele pelo desenvolvimento social, econômico, cultural, científico dentre outros.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização de todas as discussões e análises aqui propostas, evidenciou-se, através desta pesquisa que a pandemia da COVID-19 impactou de forma contundente o exercício profissional dos/as assistentes sociais, onde, tais profissionais visualizaram a necessidade de remodelar e adaptar seu cotidiano de trabalho tendo em vista as situações peculiares provocadas pela pandemia, como forma de realizar a continuação dos serviços, acompanhamentos, garantia e proteção de direitos da população assistida.

Além disso, foi observado que diversos desafios impactaram também na realização do presente estudo, sendo o principal a impossibilidade da realização de uma pesquisa de campo com os profissionais do Serviço Social em seus locais de trabalho, o que poderia ter subsidiado reflexões mais amplas, entretanto, conforme supracitado, não podemos transpassar os protocolos de segurança.

Outro desafio que foi observado constitui-se na escassez de produção teórica acerca das questões sobre a profissão e a pandemia, talvez, isso constata-se pois, como muito recente, as produções expressivas relacionadas a pandemia ainda estão em

desenvolvimento.

Dessa forma, a título de considerações e apontamentos finais, torna-se pertinente e extremamente necessário ressaltar e reivindicar que o Estado cumpra suas responsabilidades, atribuições e deveres, especialmente, aquelas funções que dizem respeito a constituir-se como um verdadeiro provedor dos direitos sociais, humanos e individuais, efetivando e materializando os objetivos e determinações constitucionais e extra constitucionais, mediante a utilização das políticas públicas e sociais, no sentido de atender às demandas da população.

Depreende-se também que é extremamente necessário fomentarmos a importância do fortalecimento, sobretudo, financeiro, das políticas sociais que abrangem o sistema de seguridade social brasileiro, mais conhecido como o “tripé da Seguridade Social”, constituído das políticas de Assistência Social, Saúde, Previdência, pois, como visto, a seguridade social, possui condições financeiras, de quadro de recursos humanos e de projetos, de certo modo, limitadas, para responder à pandemia, devido aos processos de contrarreformas efetivados pelos governos neoliberais em ascensão desde 1990 em nosso país. Não temos um sistema de seguridade social universal, democrático que, associado ao trabalho, garanta a ampliação de direitos e sim um sistema que focaliza as ações na extrema pobreza e deixa a mercê de benefícios eventuais insuficientes o restante da população, ou, então, privatiza para o setor da iniciativa privada a resolução de suas demandas.

## REFERÊNCIAS

BOTÃO, M.; NUNES, N.R. A relevância do trabalho dos assistentes sociais no enfrentamento à pandemia da Covid-19. In: LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R.L.R. (orgs.). **Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia**. Rio de Janeiro: Morula Editorial, 2020.

CFESS. **Lei 8662/93 – Regulamentação da profissão de Assistente Social**. Brasil, 1993.

COSTA, Dorival; LAVORATTI, Cleide. **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

FÁVERO, Eunice. **O exercício profissional da/o Assistente Social em espaços sócio ocupacionais do socio jurídico no contexto da pandemia e do teletrabalho contribuições ao debate**. 2020, Brasil. Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/O-exerc%C3%ADcio-profissional-do-assistente-social-em-esp%C3%A7os-socio-ocupacionais-do-Sociojur%C3%ADdico-no-contexto-da-pandemia-e-do-teletrabalho-20-05-2020.pdf> Acesso em: 01/03/2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**., SP: Ed. Cortez, 2007.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ações socioeducativas 48

Acumulação capitalista 36

Acumulação primitiva 37, 44

Adoecimento mental 69, 70, 71, 72, 90, 91, 92

Assistente social 1, 6, 7, 8, 13, 24, 34, 36, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 59

### C

Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde 73

Capitalismo 1, 2, 17, 27, 38, 44, 46, 47, 54, 75, 76, 77, 78, 82

Centralidade do trabalho 19

Competências profissionais 5, 25, 46, 52, 96

Consciência de classe 48, 55

Conselho Nacional de Assistência Social 3

Constituição da República Federativa do Brasil 24, 26, 33

Covid-19 45, 47, 51, 54, 55, 56, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 81, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

### D

Deslocamento espacial 18

Determinações do capitalismo 47

### E

Educação sustentável 24, 25, 32, 33

Enfrentamento à violência doméstica e familiar 35, 36, 40

Envelhecimento 9, 10, 11, 16, 31

Espaços sócio ocupacionais 7, 46, 49, 56

Estágio supervisionado 58

Exercício profissional 35, 36, 40, 41, 42, 44, 46, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 61

### G

Gênero 5, 12, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 62, 64, 68, 75, 76, 77, 80, 93, 94, 95

### I

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 11

Intersetorialidade 24, 28, 29, 32, 34, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 67, 68

## **L**

Liberalismo 1

Linhas de enfrentamento 72

Longevidade 9, 11

## **M**

Meio ambiente 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34

Migração 18, 19, 20, 21, 22, 23, 64

Movimento de reconceituação 4, 39

## **P**

Pandemia 45, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 69, 70, 71, 72, 74, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Política de Assistência Social 1, 2, 9, 10, 34, 66

Política Nacional do Meio Ambiente 26

Políticas de saúde 10

Políticas públicas 3, 9, 10, 11, 12, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 42, 44, 52, 53, 56, 57, 65, 68, 72, 89, 90, 91

Políticas sociais 1, 2, 4, 7, 24, 27, 28, 32, 34, 46, 53, 54, 56, 63, 68, 91, 96

Práxis 48, 93

Processo migratório 18, 19, 21

Processos de trabalho 47, 48, 51, 59, 66, 67, 70, 72, 92

Profissionais da saúde 74, 78, 92, 95

Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento 35

Projeto Ético-Político do Serviço Social 44

Psicólogo 13

## **S**

Saúde mental 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Serviço Social 4, 5, 6, 7, 8, 24, 25, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 65, 68, 73, 93, 94, 96

Sociedade capitalista 6, 40, 45, 46, 48, 61, 94

Supervisão acadêmica do estágio 58

## **T**

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71,

72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

## V

Vínculos familiares 13, 14, 61, 64

# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios e atuação profissional

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

